

# Ensaio de um novo choque

Ronaldo Rangel \*

**A** dolarização que em termos simplistas poderia ser encarada como uma política que atrele a economia nacional à moeda norte-americana corresponde, na verdade, a um complexo conjunto de estratégias econômicas que atuam no sentido de estabilizar a economia de um país. Deve ser encarada, portanto, como uma ação que atua sobre aspectos conjunturais da economia, objetivando minimizar seus efeitos, gerando condições para ações mais efetivas de cunho estrutural que possibilitem a estabilidade do sistema.

A dolarização é, na prática, a adoção de duas moedas de curso legal numa certa sociedade. A taxa cambial entre as duas moedas é estabelecida através de instrumentos jurídicos que obviamente visam impedir a sua flutuação.

Esta tática equivale à adoção de um padrão monetário, onde a moeda nacional passa a ser totalmente lastreada, não mais pelo ouro, mas por uma moeda forte, garantida sua conversão pelo Tesouro Nacional.

Nesses termos, a efetivação dessa política depende de que o governo tenha, por um lado, reservas em volume suficiente para lastrear a oferta monetária em moeda nacional, e, por outro, mais do que ter as divisas, consiga mantê-las em patamares elevados. Salienta-se que as futuras expansões da oferta monetária, necessárias para o financiamento da economia, só serão possíveis mediante a incorporação de novas divisas ao estoque atual. Desse modo, torna-se necessária, pelo menos, a expectativa de sucessivos superávits no balanço de pagamentos.

Pelo exposto, entende-se que a condição para adoção da dupla moeda é que nenhuma condicionalmente de pressão da oferta monetária irá ocorrer. Assim é também condição primária para implementação do plano que o déficit público esteja contido, já que o desequilíbrio dos gastos do governo é fator expansivo dos meios pagamentos.

Finalmente, a dolarização equivale à desindexação total da economia, uma vez que ao estabelecer a livre conversão da moeda nacional pelo dólar, a uma taxa cambial predeterminada, inviabiliza a adoção da correção monetária ou reajustes contratuais em moeda nacional, sob pena de descompassar os estoques monetários das duas moedas.

É temerário imaginar que seja possível a dolarização na economia brasileira, pelo simples fato de que nenhuma das condições prévias para o sucesso da medida materializa-se em nosso caso. As reservas internacionais do país não ultrapassam os 9 bilhões de dólares. Seriam necessários aproximadamente US\$ 30 bilhões para lastrear a oferta monetária em cruzeiros. Além disso, o saldo da balança comercial brasileira vem decrescendo ao longo dos últimos meses, fato que inviabilizaria a manutenção da política. Finalmente, os gastos públicos ainda não

foram controlados, gerando déficits que só podem ser cobertos por expansão da base monetária.

No entanto, mesmo sem as condições prévias, o tema continua sendo discutido nos meios acadêmicos e certamente não está descartado pelas autoridades governamentais. Na verdade, o governo vem tendo dificuldade de gerenciar a economia desde o fracasso das negociações da dívida externa, que por seu turno provocaram o fracasso do chamado Plano Collor I. Desde então, incapacitados de gerar os recursos necessários para efetuar investimentos básicos no aparelho produtor que minimizariam os efeitos de sua política precessiva, não restou ao governo outra alternativa senão protelar ações de médio e longo prazos e buscar políticas de resultado que refreiem em combinação inflação/recessão.

Dentro desse quadro, um novo plano de estabilização econômica, inevitável nos primeiros meses do próximo ano, fica dificultado em função não só da falta dos instrumentos necessários para a sua aplicação, mas também, e principalmente, pela falta de credibilidade decorrente do fracasso de tantos outros planos, desde 86.

A dolarização poderia surgir, então, como medida impactante que permitisse ao governo "respirar" a curto prazo, ganhando o tempo necessário para recompor os instrumentos de política econômica.

Contudo, a adoção da dupla moeda no Brasil certamente não recuperará a economia em função da contradição, já exposta acima entre objetivos e pressupostos.

Mas, fato é que se, por um lado, a política não será capaz de superar os problemas de natureza estritamente econômica, por outro, ela sinaliza com mudanças, que podem vir a garantir a credibilidade ao governo, viabilizando, assim, a busca do entendimento com setores hoje conflitantes.

Trata-se assim de política com conteúdo de alto risco, sob certos aspectos desesperada, porém, até de possível adoção na atual conjuntura.

Se houver a dolarização e, par a passo, um conjunto de medidas compensatórias é lícito imaginar que se consiga coesão em torno do programa, ganhando-se tempo para elaboração de um projeto mais consistente.

No entanto, se tal expectativa não se confirmar, estaremos exacerbando os custos sociais, agravando a crise interna e inviabilizando definitivamente a estratégia do desenvolvimento possível, capaz de modernizar o país e reintroduzi-lo no cenário mundial, hoje em transformação.

\* Economista, diretor do Conjunto Universitário Cândido Mendes

JORNAL DO BRASIL  
04 NOV 1991